

Medidas de impacto, ESTADO DE SÃO PAULO com mais impostos, 14 OUT 1986 depois das eleições

HELIVAL RIOS

Aumento da carga tributária; mudança do sistema de cobrança dos encargos sociais, de modo a onerar mais as empresas mais sofisticadas; criação de novos mecanismos de financiamento de longo prazo; aumento das restrições à expansão dos meios de pagamentos; definição de uma política industrial para o País; reformulação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH); e imposição de maior velocidade nas negociações da dívida externa, na reforma administrativa e no programa de privatização.

Estas são algumas das grandes medidas de impacto que estão sendo preparadas pelo governo José Sarney, e que começarão a ser implementadas após as eleições de 15 de novembro, quando termina o "compasso de espera" determinado pelo Palácio do Planalto.

As mudanças mais profundas de política tributária, segundo se entende no Palácio do Planalto, deverão ficar a cargo da Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, há decisões que precisam ser adotadas a curto prazo, no sentido de reparar alguns desajustes nas finanças do governo e também de elevar o grau de progressividade do sistema tributário, antes da Constituinte.

Estuda-se a elevação do Imposto de Renda na fonte e a revisão da Cédula G, ou seja, de todo o sistema tributário montado especialmente para os produtores rurais. Segundo alguns técnicos do governo assinalam, este segmento dos detentores de renda é altamente privilegiado, em matéria de carga tributária, levando enorme vantagem com relação a outras classes, como as dos médios empresários e a dos assalariados.

O governo está profundamente insatisfeito com o atual sistema de cobrança de encargos sociais, que considera inadequado a uma política preocupada com a expansão do nível de emprego. Com o sistema atual, que faz com que os encargos sociais incidam sobre a folha de salários, as empresas que mais dão emprego, as chamadas "intensas de mão-de-obra", são exatamente aquelas que pagam mais encargos.

A modificação estudada é a de se criar uma forma alternativa de cobrança dos encargos sociais, especialmente montada para as empresas "intensivas de capital", ou seja, aquelas mais sofisticadas, do ponto de vista tecnológico.

Os estudos para esta mudança encontram-se em fase avançada, e o próprio ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, é um dos maiores entusiastas da idéia.

FINANCIAMENTO

O atual sistema financeiro do País, segundo diagnóstico do governo, é absolutamente falho no que se refere aos financiamentos de longo prazo, destinados a investimentos pesados, notadamente nas áreas de produção de insumos industriais básicos e de bens de capital.

Um empresário que queira realizar um investimento cujo retorno somente é propiciado no longo prazo, não tem a quem recorrer, senão ao governo federal. Esta realidade, no entendimento do governo, tem de sofrer uma mudança significativa, e o setor financeiro privado tem de estar preparado para bancar o financiamento de longo prazo, pois esta é sua principal função.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, é praticamente impossível se abrir mão de medidas de política monetária, sempre que se identifica um excesso de demanda. Assim, não está descartada a hipótese de adoção de novas medidas de restrição aos financiamentos de curto prazo e nem a imposição de um maior controle sobre a expansão da base monetária, através principalmente da redução de emissões de papel moeda.

A reforma do SFH constitui um capítulo à parte das medidas de impacto que serão adotadas pelo governo a partir de 15 de novembro. A orientação básica é a de concentrar os recursos do sistema na produção de casas populares e de reduzir os "subsídios implícitos" nos financiamentos de imóveis para as classes média e alta. Pretende também o governo acelerar as negociações da dívida externa, a reforma administrativa e o programa de privatização da economia.

Brasília/Agência Estado